



SIMULADO #5 2018
EDIÇÃO ESPECIAL PROVAS
Facebook: @profjulianapereira
Instagram: @profjulianapereira

1. Sobre a disciplina das provas, assinale a alternativa incorreta.
 - a) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
 - b) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
 - c) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
 - d) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
 - e) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo do ônus da prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

2. Sobre a disciplina das provas, assinale a alternativa incorreta:
 - a) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação ou quando a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito ou quando o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
 - b) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos direitos na pendência da ação ou quando a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito ou quando o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
 - c) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.
 - d) A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
 - e) O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.

3. Sobre o depoimento pessoal, assinale a alternativa correta:
 - a) Cabe à parte requerer seu próprio depoimento pessoal, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.
 - b) Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.
 - c) É permitido a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.
 - d) O depoimento pessoal da parte que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo não poderá ser colhido por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, o que poderá ocorrer, inclusive, durante a realização da audiência de instrução e julgamento.
 - e) A parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, não podendo servir-se de escritos anteriormente preparados, tampouco a consulta a notas breves, mesmo que objetivem completar esclarecimentos.

4. Sobre a o tema prova documental, considere as seguintes assertivas:
 - (i) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.



- (ii) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.
- (iii) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- (iv) As declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.
- (v) Quando contiver declaração de ciência de determinado fato, o documento particular prova a ciência e o fato em si.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) III e V.
- c) IV e V.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

5. Sobre a prova pericial, assinale a alternativa incorreta:

- a) A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.
- b) O juiz indeferirá a perícia quando a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico ou quando for desnecessária em vista de outras provas produzidas ou quando a verificação for impraticável.
- c) De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.
- d) Incumbe às partes, dentro de 10 dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.
- e) As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que sejam plenamente capazes e a causa possa ser resolvida por autocomposição.

6. Quanto à prova testemunhal, assinale a alternativa correta:

- a) A prova testemunhal é sempre admissível, não dispendo a lei de modo diverso.
- b) O juiz deferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documento ou confissão da parte e que só por documento ou por exame pericial puderem ser provados.
- c) É ilícito à parte provar com testemunhas nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada e nos contratos em geral e os vícios de consentimento.
- d) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, independentemente de sua capacidade
- e) Não se admite a prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação, em casos como o de parentesco, de depósito necessário ou de hospedagem em hotel ou em razão das práticas comerciais do local onde contraída a obrigação.

7. Em matéria de prova, é incorreto afirmar:

- a) A falsidade de documento será resolvida como questão incidental e sobre a decisão não incidirá a autoridade da coisa julgada, salvo se a parte requerer que o juiz decida a falsidade como questão principal.
- b) Desde que sejam capazes, e que a controvérsia comporte autocomposição, as partes podem escolher o perito, e a perícia, assim produzida, substituirá, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz, sem prejuízo do convencimento motivado do magistrado.
- c) A parte pode requerer o depoimento pessoal da parte adversária, do litisconsorte e eventualmente dela própria.
- d) Na audiência de instrução, as perguntas serão formuladas pelas partes (por seus advogados) diretamente à testemunha, mas o juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.
- e) Por regra, arrolada a testemunha, caberá ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada.



Gabarito

1. D
2. B
3. B
4. E
5. D
6. A
7. C

Seus **sonhos** determinam onde você quer chegar, mas são suas **ações** que determinam sua nomeação!

Professora *Juliana Pereira* 

Mestre em Direito
Pós-graduada em Direito Civil e Direito Público
Especialista em concursos públicos